

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.753 - RS (2019/0015201-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MARTHA REGINA MEDEIROS CAVALCANTI
ADVOGADOS : JOSÉ DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI NETO - RS054456
MAIRA HUBERT - RS060673
ANA GABRIELA MEDEIROS DA SILVA - RS093148
AGRAVADO : SERGIO MENEZES FERNANDES
AGRAVADO : SERGIO MENEZES FERNANDES
ADVOGADO : RUBEM VOGT DE OLIVEIRA - RS016841

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** IMPUGNAÇÃO À FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO INEXISTENTE. CITAÇÃO POR EDITAL. FALTA DE ESGOTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE CITAÇÃO PESSOAL. NULIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 568 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

MARTHA REGINA MEDEIROS CAVALCANTI (MARTHA) ajuizou ação ressarcitória contra SÉRGIO MENDES FERNANDES, empresa individual, e SÉRGIO MENDES FERNANDES, pessoa física, (SÉRGIO e outro) objetivando a reparação dos danos morais e materiais decorrentes de defeito na execução de obra.

Em fase de cumprimento de sentença, foi declarada a desconsideração da pessoa jurídica e efetivado o bloqueio em conta poupança da pessoa física, no valor de R\$ 7.077,969.

SÉRGIO e outro interpuseram impugnação ao cumprimento de sentença, aduzindo a nulidade da citação por edital realizada no processo de conhecimento, o excesso de execução e a impenhorabilidade dos valores em poupança.

O Juízo de Piso, por seu turno, não conheceu da impugnação de SÉRGIO (pessoa jurídica) e deu parcial provimento à impugnação de SÉRGIO (pessoa jurídica), extinguindo a fase de cumprimento de sentença e desconstituindo os bloqueios (e-STJ, fls. 41/45).

Inconformados, MARTHA e SÉRGIO e outro interpuseram recursos de apelação, tendo o primeiro recurso sido julgado prejudicado e o segundo parcialmente provido pelo Tribunal de Origem, nos termos do acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. IMPUGNAÇÃO À FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TERMO INICIAL DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO. PENHORA ONLINE REALIZADA VIA BACENJUD.

O prazo para Impugnação ao cumprimento de sentença somente começa a correr a partir da intimação do devedor da penhora (art. 475-J, § 1º do CPC). Precedentes.

CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. Frustradas as tentativas de citação pelo correio (art. 221, I, do CPC), a citação por edital deve ser precedida por oficial de justiça. Art. 224 do CPC/1973. Precedentes deste TJRS e do STJ). No caso, após as tentativas de citação pelo Correio e com o retomo negativo aos ofícios expedidos, determinou-se, imediatamente a citação por edital, em inobservância à ordem de precedência em discussão. Nulidade reconhecida. APELAÇÃO DO IMPUGNANTE PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA PARTE IMPUGNADA PREJUDICADA. (e-STJ, fl. 72)

Os embargos de declaração opostos por MARTHA foram desacolhidos (e-STJ, fls. 87/88).

Irresignada, MARTHA interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a e c* da CF, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 247 e 1.022 do NCPC, 222 do CPC/73 porque (1) o acórdão recorrido padeceria do vício de omissão, já que não teria consignado se as cartas de AR de citação foram encaminhadas para o endereço constante como o da empresa no registro, qual a informação que constou anotada pelos Correios quando do retorno e se o endereço indicado em sede de apelação pela parte adversa é o mesmo que consta no cadastro perante o registro empresarial e fiscal; e (2) a citação realizada no processo de conhecimento seria válida (e-STJ, fls. 126/133).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 140/143).

O apelo nobre não foi admitido porque o acórdão recorrido estaria em conformidade com o entendimento consolidado no STJ (e-STJ, fls. 145/152).

Irresignada, MARTHA interpôs agravo em recurso especial, sustentando o afastamento dos mencionados óbices (e-STJ, fls 157/163).

Não houve contraminuta (e-STJ, fl. 166)

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado

pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação do art. 1.022 do NCPC

Nas razões do recurso especial, MARTHA sustentou que o acórdão recorrido padeceria do vício de omissão, já que não teria consignado se as cartas de AR de citação foram encaminhadas para o endereço constante como o da empresa no registro, qual a informação que constou anotada pelos Correios quando do retorno e se o endereço indicado em sede de apelação pela parte adversa é o mesmo que consta no cadastro perante o registro empresarial e fiscal.

Sem embargo, razão não assiste à recorrente, pois a Corte Local, com espeque na análise sistemática das provas dos autos, dirimiu satisfatoriamente a controvérsia, fazendo constar expressamente que a citação por correio foi frustrada, o que representa fundamento suficiente para embasar a conclusão jurídica alcançada.

Inexistente o vício de omissão suscitado, o que pretende MARTHA é insurgir-se contra o deslinde dado à questão, o que se revela inviável neste particular.

(2) Da nulidade da citação

O Tribunal *a quo* concluiu que as tentativas de citação por correio foram frustradas e que, diante disso, à luz do que disciplinava os arts. 221 e 224 do CPC/73, imperiosa seria a citação por meio de Oficial de Justiça, antes de determinada a citação editalícia.

O acórdão hostilizado encontra-se em consonância com o entendimento consolidado nesta Corte Superior, segundo o qual, *para que se efetue citação por edital, é necessário que sejam realizadas tentativas pelos correios e pelo oficial de justiça, sendo prescindível o esgotamento de meios extrajudiciais para a localização do endereço do réu* (AgRg no AREsp 682.744/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2015).

Nesse sentido, vejamos também o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREVENÇÃO ALEGADA APENAS NO REGIMENTAL. PRECLUSÃO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. EXAURIMENTO DE TODAS AS EXIGÊNCIAS NECESSÁRIAS. CUMPRIMENTO DOS ARTS. 231 E 232 DO CPC. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.
1. Nos termos do § 4º do art. 71 do RISTJ, a prevenção no âmbito

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

desta Corte de Justiça, "se não for reconhecida, de ofício, poderá ser argüida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento". Em se tratando de incompetência relativa, deve ser alegada pela parte interessada em tempo oportuno, quando ainda não tenha sido julgado recurso pelo colegiado ou monocraticamente pelo Relator, sob pena de preclusão.

2. A "citação editalícia deve ocorrer após frustradas todas as diligências necessárias para intimação pessoal do devedor" (EDcl no REsp 969.060/SP, Quarta Turma, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 17/8/2009)

3. Segundo consta do v. acórdão, proferido pelo col. Tribunal de Justiça, foram exauridos todos os meios possíveis para a efetivação da citação do réu, seja por meio do correio, seja por oficial de justiça. E, somente depois de frustradas essas tentativas, é que o autor da ação solicitou a citação editalícia, o que foi deferido pelo d. Juízo a quo, com observância das regras previstas nos arts.

231 e 232 do Estatuto Processual Civil.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 66.688/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe 28/11/2012)

Ao lume do exposto, considerando que o Tribunal de origem, soberano na apreciação do acervo fático-probatório dos autos, concluiu que não foram esgotadas as possibilidades de citação pessoal dos requeridos, forçoso se faz manter o acórdão estadual que declarou a nulidade da citação por edital, vez que aplicável à espécie o teor da Súmula nº 568 do STJ.

Nestas condições, com fundamento no art. 932, IV, **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de MARTHA.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator